



PROJETO BÁSICO DE CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO

1 - DADOS GERAIS

1.1. INSTITUIÇÃO PROPONENTE - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrita no CNPJ sob nº 83.899.526/0001-82, com sede na Rua das Missões, Bairro Ponta Aguda, em Blumenau/SC, 88051-000, representada neste ato pela Reitor, Rudinei Kock Exterckoter, CPF nº 039.269.559-08, CI nº 3.613.619, SSP/SC..

1.2. UNIDADE EXECUTORA - Instituto Federal Catarinense Campus Rio do Sul, com sede na Estrada do Redentor, 5656, Bairro Cantagalo, em Rio do Sul, Representado neste ato pela Diretora Paula Andrea Grawieski Civiero, CI 4336633 SSP/SC, CPF 00804152969.

1.3 IDENTIFICAÇÃO EQUIPE DO PROJETO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Identificação do coordenador do projeto				
Nome completo do coordenador: Marilac Priscila Vivan		CPF: 552.099.639-34		SIAPE:
Endereço comercial: Endereço comercial: Estrada do Redentor, 5665, Cantagalo			Endereço residencial: 8 HORAS	
Telefone: (47) 3531-3700		<i>Link</i> do Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1678373113012591		Carga horária semanal destinada ao projeto: 8 HORAS
Identificação dos demais integrantes da equipe				
Nome completo do(s) SERVIDORES do IFC colaboradores	Carga horária semanal destinada ao projeto	CPF	SIAPE	<i>Link</i> do Currículo Lattes
Marilac Priscila Vivan	8h	55209963934	1828318	http://lattes.cnpq.br/1678373113012591
André Kuhn Raupp	4h	96923997020	1810848	http://lattes.cnpq.br/5305112040669127
Flávia Queiroz de Oliveira	4h	4331276430	2277539	http://lattes.cnpq.br/0196350763917289
Jonas da Silva Doge	4h	3210721971	1544295	http://lattes.cnpq.br/1763053174570441
Karla Fünfgelt	4h	46606483034	1843115	http://lattes.cnpq.br/5366271745508474
Rômulo João Debarba	4h	787397997	1.861.120	http://lattes.cnpq.br/7389324839999957
Marja Zattoni Milano	4h	03863767942	2146306	http://lattes.cnpq.br/3541394321197673
Ricardo Scopel Velho	4h	00677706901	1450289	http://lattes.cnpq.br/7218039580141052
Ellenise Elsa Emídio Bicalho	4h	07399048681	1328886	http://lattes.cnpq.br/4244515570556074
Geisa Isilda Ferreira	4h	01494433150	1138803	https://lattes.cnpq.br/5306573232172068
Paulo José da Fonseca Pires	4h	57511551068	1318726	http://lattes.cnpq.br/7438548758134274
João Célio de Araújo	4h	857062059-49	1366897	http://lattes.cnpq.br/9002913812550537
Maicon Fontanive	4h	00430440936	3379349	http://lattes.cnpq.br/4175649248879521
Nome completo dos demais colaboradores EXTERNOS ao IFC (se houver)	Carga horária semanal destinada ao projeto	CPF		<i>Link</i> do Currículo Lattes
Camila Munarini	4h	03926855908		http://lattes.cnpq.br/0752386749553516
Greti Aparecida Pavani	4h	05287842937		-

2 - PROJETO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

2.1. TÍTULO DO PROJETO - – Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Agroecologia

2.2 CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO - Ações integradas

2.3 GRANDE ÁREA DO PROJETO - Educação

2.4. SUBÁREA DO PROJETO - Educação do Campo

2.5. GRUPO DE PESQUISA VINCULADO - Agroecologia, Agroecossistemas e Desenvolvimento Sustentável - IF- Catarinense Agroecologia, Agroecossistemas e Desenvolvimento Sustentável - IF- Catarinense

2.6. LINHA DE PESQUISA DE VINCULAÇÃO DO PROJETO: Educação do campo, saberes tradicionais e processos educativos em agroecologia

2.7. PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO– Dezembro de 2024 à dezembro de 2026

2.8. JUSTIFICATIVA DO PROJETO - A presente proposta destina-se a oferta de um curso Técnico em Agroecologia subsequente ao ensino médio com duração de 1420 horas, baseado na pedagogia da alternância nos moldes dos cursos realizados pelos Centros Familiares de formação por alternância, nos cursos ofertados pelo Instituto Federal Catarinense - IFC - Campus de Abelardo Luz, e principalmente no curso Técnico em Agroecologia do IFC Campus de Rio do Sul, que atua há mais de 20 anos na formação destes profissionais. Cabe lembrar que o Pronera se insere historicamente na trajetória de lutas da “Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo”, iniciada no processo de preparação da Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, estado de Goiás, no período de 27 a 31 de julho de 1998, trazendo sempre a ideia de “Educação do campo e agroecologia na agricultura familiar e camponesa”. A formação complementar de profissionais das Ciências Agrárias e áreas afins aptos a trabalharem em áreas de assentamento rural faz-se fundamental, tendo em vista o atual perfil dos educandos(as) que estão se formando nos cursos técnicos, onde ainda se reproduz o modelo de agricultura já tantas vezes apontado como perverso, devido às suas limitações socioambientais, a despeito de sua excelente performance em termos de produção e produtividade. Esse tipo de assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, encaminha esforços dos agricultores em manter a produtividade, baseados na continuidade dos sistemas convencionais, aliados ao uso crescente de fertilizantes e agrotóxicos, mostram-se a cada ano menos apropriados. A produtividade continua estável, enquanto a poluição no meio rural e a descapitalização dos agricultores estão aumentando. Dentre as principais causas, destacam-se a erosão, cultivares excessivamente dependentes do uso maciço de insumos industriais e práticas de cultivo inadequadas (EEI - EPAGRI, 2008).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

O modelo de agricultura preconizado pela revolução verde, e pelo sistema escola-fazenda, traz também em seu ideário a busca de altos rendimentos e produtividade, com consideráveis avanços de conhecimento e de produção, mas com alto grau de especialização e segmentação dos processos. Este modelo tem gargalos importantes seja na unidade de produção ou mesmo para o conjunto da sociedade, como por exemplo: a dependência externa de insumos; problemas relacionados à segurança alimentar dos países (a partir da internacionalização dos produtos e insumos); a baixa eficiência energética; impactos ambientais, sociais e na biodiversidade; a resistência crescente aos manejos e sanidade dos animais e vegetais, gargalos que passam a ser objeto de debates e rediscussões, principalmente com a emergência dos movimentos alternativos e ambientalistas, na sociedade (SARANDON, 2002).

A reversão desse modelo deve priorizar as questões sociais em detrimento dos interesses do grande capital, buscando a superação da insuficiente produção de alimentos locais e regionais, o uso racional dos recursos naturais e a viabilidade econômica e social das pequenas e médias escalas de produção. A consecução desses objetivos implica, pois, dentre outras medidas, a reorientação das instituições de ensino agrônomo, de pesquisa e de extensão para viabilização de um novo processo tecnológico, e uma nova postura de ação que conceda alta prioridade à Agroecologia.

A perspectiva sistêmica da Agroecologia vem contribuindo decisivamente nessa caminhada, multiplicando-se as experiências inovadoras e bem sucedidas em distintas regiões do mundo, país, do estado e da região, o que aponta a necessidade de abrir espaços para a sua consolidação, como um paradigma orientador dos processos de construção de estilos de agricultura de base ecológica e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com a correspondente participação dos diversos atores sociais (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A Agroecologia requer um entendimento eminentemente científico e globalizante das variáveis ecológicas, culturais, econômicas, ambientais, políticas e éticas ligadas à produção agrícola, superando-se, assim, o reducionismo químico-mecânico que norteia o modelo atual e que tem inspirado a sua pesquisa.

De acordo com Gliessmann (2000), a agroecologia pode ser entendida como um enfoque que visa construir e apoiar os movimentos de transição dos atuais modelos de desenvolvimento agrícola, e em alguns casos rurais, e de agriculturas convencionais para estilos sustentáveis. Segundo o autor, podem ocorrer três níveis de transição: a) incremento da eficiência em práticas conservacionistas; b) transição para substituição de insumos; c) redesenho dos agroecossistemas.

Os impactos atuais da produção agrícola (ambientais, econômicos, culturais, políticos e ético) e os modelos de transição agroecológica fortalecem e explicitam as visões e concepções da agricultura com críticas às suas concretidades e suscitam um forte debate ideológico, o que propicia o reconhecimento dos processos ecológicos e da agroecologia na academia, na pesquisa e na extensão e nas próprias políticas de governo. Nesta perspectiva a sociedade discute as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável; a educação como agente de processos de transformação; a percepção



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

do ambiente social, econômico, cultural, ecológico, político, ampliando a visão segmentada de ambiente da revolução verde (como apenas um lugar de produção) e consolidando uma visão holística e sistêmica desses processos. A busca do desenvolvimento sustentável deve trazer à tona uma estratégia de autonomia e soberania, subordinada aos princípios da ética. Essa eleição de prioridades pode trazer a emergência de novos horizontes que possibilitem uma reinvenção da agricultura, a qual não é segmento nem negação da agricultura tradicional, nem produto imitativo de tecnologias alternativas de outras latitudes, mas sim produtora de um projeto de vida que considere a importância da agricultura familiar, que preserve os recursos naturais, que respeite a autonomia e cultura dos diferentes povos, trazendo a dignidade de ser agricultor e cidadão brasileiro. A agricultura familiar, por sua diversidade de sistemas de produção e pela adoção de mão-de-obra conhecedora do ambiente rural, apresenta características favoráveis para a implantação de princípios agroecológicos que aumentem a eficiência e a competitividade de suas atividades produtivas. Para a afirmação destes movimentos na sociedade entretanto, é necessário ainda enfrentar o debate com relação à interdisciplinaridade, formação dos professores e de profissionais habilitados para estas demandas (SARANDON, 2002). Desta forma é necessário que novos agentes incorporem uma visão sistêmica, biológica e socioeconômica nestes processos, a partir da crise de paradigma e da ciência. Em acordo com documento da FAO (1994) um novo modelo dos serviços agrícolas de extensão e pesquisa, deve ser discutido uma vez que os limites do atual modelo, excludente e pouco racional, com trabalhos individualizados, embora este debate tenha iniciado na década de 90, hoje ainda se não se concretiza e não está capilarizado na sociedade e nas instituições de ensino-pesquisa- extensão. Dessa maneira, a partir da emergência e discussão dos paradigmas sistêmicos e das externalidades do modelo de agricultura, explicitaram-se as contradições de uma formação especializada dos técnicos, com a realidade globalizadora e integração de vários processos produtivos nas cadeias agrícolas.

A agricultura pode assim ser observada como lugar de vida, mais verde e menos cinza, para tal é preciso ver a multidimensionalidade dos processos, o específico em sua simplicidade, mas complexo na sua apropriação e análise. O processo educativo, desta forma deve fomentar o espírito crítico e sua capacidade de análise, acesso ao reconhecimento, apropriação e construção valorativa do conhecimento. Para tanto, a educação profissional é uma possibilidade de construção de equidade e sustentabilidade para e dos atores sociais que até o momento não obtiveram o direcionamento e a centralidade de pesquisas públicas. Para isto segundo Sarandon (2002), a realidade passa a exigir uma aproximação teórica que abarque a diversidade dos temas e enfoques; modificação dos planos de estudos, currículos, processo de formação e tecnológico; tendo as ciências básicas como suporte, aliada a um enfoque sistêmico com características temporais e espaciais (a partir de temas geradores), estruturantes e com a construção de uma integralidade, com interfaces permanentes entre teoria e prática.

Em SC segundo estudos socioeconômicos dos programas fundiários, Banco da Terra: 1999-2003, Programa Nacional de Crédito Fundiário: 2004-2009, e Fundo de Terras Estadual: 1983-2009, realizado pela Epagri(2020) aponta que somente nestes programas, são mais de 13800 beneficiários. Somados a este número segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos - DT, são mais de 5.500 famílias assentadas, que compõem o público que o Campus de Rio do Sul procura buscar sua



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

inserção nessa realidade local e regional e assim a partir da construção do Curso Técnico Subsequente em Agroecologia o IFC se inserir na discussão de formas diferenciadas de desenvolvimento.

2.9. OBJETIVOS DO PROJETO - O Objeto do plano de trabalho é: Qualificar e certificar, em nível técnico, 30 trabalhadores e trabalhadoras oriundos das áreas de assentamentos de reforma agrária, bem como agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, no estado de Santa Catarina. Seguindo os objetivos:

Contribuir com a formação profissional e cidadã para atuação em sistemas de produção agrícola fundamentados em técnicas e princípios agroecológicos, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e ambiental, seja local e/ou regional, na perspectiva de uma ética integradora do ser humano na sociedade e na natureza em áreas de agricultura familiar e de reforma agrária.

- Formar profissionais para atuar como agentes de desenvolvimento local sustentável em áreas de agricultura familiar e de reforma agrária;
- Propiciar a compreensão da questão agrária no Brasil desenvolvendo habilidades para atuar na mudança da mesma;
- Desenvolver o senso crítico em relação aos diferentes processos de agricultura, sociedade, natureza e expressões culturais;
- Difundir processos de produção baseados na solidariedade, na ética, no respeito ao ser humano, ao meio ambiente, visando uma articulação entre ensino e a sociedade, de forma ativa e compromissada com a realidade social;
- Fortalecer o espírito cooperativo entre os diferentes agentes que atuam na sociedade;
- Estimular a produção de alimentos saudáveis e a consciência da importância da educação, preservação e conservação ambiental;
- Constituir-se em uma proposta de formação para cidadãos originários do campo, que reafirme sua cidadania e compromisso com o conhecimento tradicional e científico;
- Estimular e fortalecer o vínculo do egresso com sua unidade de produção, sua família e comunidade;
- Difundir e promover a articulação entre os povos do campo e da cidade, em torno da agroecologia, desde a produção, passando pela comercialização e consumo

2.10. METODOLOGIA DO PROJETO - O curso será desenvolvido em 3 semestres de aulas mais um de estágio, totalizando 4 semestres. A metodologia adotada no PPC do curso é a pedagogia da Alternância, esta proposta metodológica, enquanto uma Tecnologia Social orienta-se pelo vínculo entre trabalho e educação como eixo organizador da relação dialética entre os diversos atores locais dotados de seus saberes e o conhecimento sistematizado, cujo raciocínio teórico, neste



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

caso, constitui o núcleo central das formulações conceituais da Agroecologia de modo a indicar os termos da constituição teórica e prática mediadora desta relação.

A Pedagogia da Alternância permite que os conteúdos de ensino da Agroecologia sejam verdadeiramente vinculados ao meio de vida do estudante. A família e o meio sócio profissional não é apenas o lugar onde se coloca em prática as suas experiências escolares, mas é o lugar onde o estudante vai incorporar ao seu trabalho as interrogações e as preocupações levantadas nas reflexões feitas na escola.

A alternância como referência metodológica, diz respeito às formas de organização do trabalho pedagógico em tempos e espaços diferenciados e inter-relacionado, bem como, confere uma originalidade à implementação e desenvolvimento do currículo, evitando a dicotomia do ambiente familiar e a vida da escola e entre teoria e prática. Esta pedagogia possibilita uma formação global na qual as experiências são sistematizadas. Delas brotam os novos conhecimentos que são retomados pela escola em outras situações de aprendizagem. Neste processo, a organização e planejamento curricular, estimula professores(as), educandos e demais participantes dos processos educativos – a pensar e materializar outras formas de conceber o planejamento e o currículo, visto que são instigados a dar outros sentidos e significados ao processo de formação dos sujeitos do campo, ancorados na dialogicidade entre os sujeitos e seus saberes, experiências, conhecimentos e culturas.

Desta forma, opta-se pelo modelo de alternância formativa, uma vez que pressupõe estreita conexão entre os meios de vida socioprofissional e escolar em todos os níveis - individuais, relacionais, didáticos e institucionais. A ligação permanente entre eles é dinâmica e se efetua em um movimento contínuo de ir e retornar. Os diversos atores locais têm um papel fundamental na tomada de decisão sobre a educação de crianças, jovens e adultos inseridos naquela comunidade, levando a própria experiência para o desenvolvimento dessa metodologia educativa, uma vez que permite trabalhar racionalidades, temporalidades, territorialidades, ritmos e motivações que contribuem para compreender a complexa trama na qual estão envolvidos os grupos populares e, com isso, reposicionar as ações educativas.

A alternância formativa, segundo Queiroz (2004), embora seja a forma mais complexa da alternância, permite constante evolução devido a seu dinamismo. Ele adiciona que este é o tipo de alternância mais efetivo já que a Pedagogia da Alternância requer “uma sinergia, uma integração, uma interpenetração rompendo com a dicotomia teoria e prática, abstrato e concreto, saberes formalizados e habilidades (saber - fazer), formação e produção, trabalho intelectual e trabalho físico (manual)”. Em alguns casos, a integração se faz entre um sistema educativo em que o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu próprio meio, com períodos na escola. Esses tempos estão interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos, pela associação, de dinâmica, entre família e comunidade e uma ação pedagógica que visa à formação integral com profissionalização.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

O curso Técnico em Agroecologia Subsequente aqui proposto organizar-se-á, desta maneira, utilizando-se da Pedagogia da Alternância, do tipo formativa, com metodologias que permitam integrar os períodos de aprendizagem na escola (Tempo Escola) e em sua própria comunidade (Tempo Comunidade).

Conforme esclarece o Parecer CNE/CEB Nº 1/2006, com embasamento no Parecer CNE/CEB Nº 5/1997, os períodos vivenciados na escola e no meio socioprofissional (família/comunidade) são contabilizados como dias letivos e horas. Isto implica em considerar como horas e aulas atividades desenvolvidas fora da sala de aula, mas executadas mediante trabalhos práticos e pesquisas com auxílio de instrumentos que compõem um Plano de Estudo.

O Tempo Escola, o Tempo Comunidade e as Práticas de Campo como idealizados nesta proposta são definidos a seguir:

Tempo Escola (TE): período destinado ao estudo dos componentes curriculares previstos no projeto do curso, com aulas práticas e teóricas, conforme cronograma das aulas. Neste tempo os educandos se inserem nas atividades escolares que incluem as práticas de campo, sob orientação de professores(as) bem como planejam as atividades a serem executadas em suas comunidades.

Tempo Comunidade (TC): período em que os educandos estarão diretamente envolvidos com os processos produtivos e organizativos em suas comunidades. Este trabalho deve ser planejado pelo conjunto dos professores(as), um trabalho interdisciplinar, que tenha como princípios: a pesquisa, a extensão, a organização pessoal, a auto formação e a aplicação dos conceitos obtidos no Tempo Escola. O estudante também será orientado na elaboração do seu projeto profissional de vida, especialmente por meio de visitas às famílias durante o Tempo Comunidade. Aqueles estudantes que porventura não puderem atuar em suas comunidades no Tempo Comunidade, poderão fazê-lo nas dependências deste campus.

Práticas de campo

As práticas de campo são consideradas um instrumento pedagógico que busca associar os conhecimentos teóricos à prática profissional. Elas proporcionam ao educando, situações mais próximas de sua futura atividade profissional, possibilitando a vivência de conflitos e o exercício pleno de sua capacidade cognitiva frente a situações problema. As atividades da prática de campo são orientadas por professores(as) e/ou profissionais das áreas de conhecimento em questão. Estas práticas de campo transcorrem tanto no Tempo Escola (TE) quanto no Tempo Comunidade (TC).

2.10.1 Quadro-Síntese da Metodologia

Atividade do Curso		Carga Horária
Tempo Escola	Disciplinas	880 horas
Tempo Comunidade	Trabalho em campo junto às áreas selecionadas	380 horas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Estágio		160 horas
Carga Horária Total		1420 horas

Tanto nos tempos-escola quanto nos tempos-comunidade haverá momentos de acompanhamento docente com proposta educativa intencional e dirigida. Nos tempos-escola essas atividades se darão através das disciplinas e de seminários (organizando conteúdos, conceitos, conhecimento teórico-científico e metodologias fundamentais do curso) e nas atividades formativas obrigatórias (realizadas pelos professores(as) do curso). Nos tempos-comunidade as orientações dos professores(as) aos educandos(as) ocorrerão mensalmente em momentos programados no campo ou na instituição de ensino. As despesas para realização de todas as atividades de tempo-escola e tempo comunidade, como transporte, alimentação e hospedagem dos educandos(a), serão pagas com recursos financeiros a partir da aprovação deste projeto pelo MDA/Incra/Pronea.

1º SEMESTRE		CH Total
1	Prática Profissional Orientada I	135
2	Matemática Básica	15
3	Português instrumental	15
4	Fundamentos da Produção Vegetal	45
5	Introdução à Agroecologia	45
6	Zootecnia Geral	45
7	Manejo Ecológico do Solo	45
8	Desenho Técnico e Leitura da Paisagem	45
9	Questão Agrária no Brasil	30
TOTAL		420

2º SEMESTRE		CH Total
1	Prática Profissional Orientada II	135
2	Sistemas Agroflorestais	45
3	Produção de Monogástricos	45
4	Cultivos Anuais e Olericultura	45
5	Tecnologias agrícolas para sistemas agroecológicos	45
6	Topografia	45
7	Construções Rurais de baixo impacto	30
8	Política e Legislação Ambiental Brasileira	30
TOTAL		420

3º SEMESTRE		CH Total
1	Prática Profissional Orientada III	135



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

2	Produção de Ruminantes	45
3	Gestão de Unidades de Produção Agrícola Familiar	45
4	Agroindústria Familiar: Produção e Legislação	45
5	Manejo de Componente Frutícola	45
6	Aquicultura	30
7	Recursos hídricos, irrigação e Drenagem em sistemas agroecológicos	30
8	Território, Políticas Públicas e Extensão Rural	45
Total		420
4º semestre		
Estágio curricular supervisionado obrigatório		160
TOTAL		1420

Nas disciplinas serão ministradas aulas teórico-expositivas e desenvolvidos trabalhos práticos e estudos dirigidos presenciais coordenados pelos(as) professores(as). O tempo-escola será intercalado pelo tempo-comunidade, conforme preconiza a Pedagogia da Alternância. Os três primeiros semestres serão organizados com quatro etapas de tempo-escola e quatro etapas de tempo-comunidade. A responsabilidade pela execução das disciplinas e dos seminários será dos(as) docentes vinculados ao curso. As atividades formativas e de reflexão e troca serão multidisciplinares e ocorrerão na forma de eventos abertos para a comunidade acadêmica, produtores(as), trabalhadores(as) e organizações sociais e encontros fechados entre alunos(as), professores(as) e orientadores(as) a exemplo de seminários, encontros temáticos, oficinas de trabalho, produção de textos, atividades via internet e avaliação e planejamento das atividades de campo. O tempo-comunidade será realizado em assentamentos rurais e comunidades de origem dos estudantes, com a própria equipe de estudantes e agentes envolvidos nos estudos de casos ou nos trabalhos de campo. As disciplinas do Curso estão detalhadas a seguir segundo carga horária, objetivos, ementas e bibliografia básica:

2.11. CRONOGRAMA FÍSICO DO PROJETO -

METAS	ETAPAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO
			Quant.	Unidade	Início
Meta 1-	1.1 - Elaboração do edital	Reunião com movimentos sociais, Incra/pronera e comunidades para acordos do curso e divulgação do mesmo	1	Uma reunião realizada Lista de presença para comprovação	Dez/24 e jan/2025



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Processo Seletivo	1.2 – Divulgação do Edital	Publicação e divulgação do edital de seleção, número de estudantes inscritos, selecionados e matriculados.	1	Edital publicado no site oficial do IFC	Mar/2025
	1.3 – Inscrição dos candidatos		1	Lista com o número de inscritos	Abril/2025
	1.4 – Seleção dos educandos		1	Resultado da seleção publicado no site oficial do IFC	Jun/2025
	1.5 – Divulgação do resultado da seleção				Jun/2025
	1.6 – Matrícula		30	Matrículas	Jun/2025
Meta 2 – 1º Ciclo de formação	2.1- Realização das disciplinas nos Tempo Escola e Tempo Comunidade (3 semanas de Tempo Escola e 3 semanas de Tempo Comunidade alternadamente até totalizar 18 semanas)	Realização de etapas alternadas De Tempo Comunidade e Tempo Escola para cursar as Disciplinas: Prática Profissional Orientada I, Matemática Básica; Português Instrumental; Fundamentos da Produção Vegetal, Introdução à Agroecologia; Zootecnia Geral; Manejo Ecológico do Solo, Desenho Técnico e Leitura de Paisagens; Questão Agrária no Brasil;	09	Disciplinas	Jul/Nov/25
			01	Avaliação	
			01	Relatório	
Meta 3 – 2º Ciclo de formação	3.1- Realização das disciplinas nos Tempo Escola e Tempo Comunidade (3	Realização de etapas alternadas De Tempo Comunidade e Tempo Escola para cursar as Disciplinas: Prática Orientada II; Sistemas Agroflorestais; Produção de Monogástricos;	08	Disciplinas	Fev/Jul/2026
			01	Avaliação	Fev/Jul/2026



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

	semanas de Tempo Escola e 3 semanas de Tempo Comunidade alternadamente até totalizar 18 semanas)	Cultivos Anuais e Olericultura; Tecnologias Agrícolas para sistemas agroecológicos; Topografia; Construções rurais de baixo impacto; Política e Legislação Ambiental Brasileira;	01	Relatório	Fev/Jul/2026
Meta 4 – 3º Ciclo de formação	4.1- Realização das disciplinas nos Tempo Escola e Tempo Comunidade (3 semanas de Tempo Escola e 3 semanas de Tempo Comunidade alternadamente até totalizar 18 semanas)	Realização de etapas alternadas De Tempo Comunidade e Tempo Escola para cursar as	08	Disciplinas	Jul/Dez/26
		Disciplinas: Prática Orientada III; Produção de Ruminantes; Gestão de propriedades de Produção Agrícola Familiar; Agroindústria Familiar: Produção e Legislação; Manejo do Componente Frutícola; Aquicultura; Recursos hídricos, irrigação e drenagem em sistemas agroecológicos; Território, Políticas Públicas e Extensão Rural;	01	Avaliação	Jul/Dez/26
			01	Relatório	Jul/Dez/26
Meta 5 - 4º Ciclo de formação	5.1 – Orientações 5.2 – Apresentação do estágio 5.3 - Conclusão do curso	Realização do estágio curricular obrigatório e apresentação dos relatórios	30	Relatórios de estágio apresentados	Jul/Dez/26
		Orientação para conclusão do trabalho final do curso		Relatórios	Jul/Dez/26
		Certificação	30	Diplomas	Dez/2026
	5.3 – Avaliação final do curso	Avaliação final do curso entre coordenadores, professores e estudantes.	01	Relatório	Dez/2026



2.12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

2.12.1. O Projeto, a seu critério, precisa ser apreciado pelo Comitê de Ética?

() Sim (x) Não
Se sim, juntar o Parecer do Comitê de Ética

2.12.2 O Projeto envolve pesquisa científica ou realiza desenvolvimento tecnológico oriundo de acesso a patrimônio genético brasileiro (patrimônio genético brasileiro) e/ou conhecimento tradicional associado (CTA); acessa e explora economicamente produto ou processo oriundo do patrimônio genético brasileiro e/ou conhecimento tradicional associado; remeta ao exterior amostra de patrimônio genético brasileiro; ou divulga, transmite ou retransmite dados ou informações que integram ou constituem conhecimento tradicional associado:

() Sim (x) Não
Se sim, juntar o comprovante de cadastramento no sistema SISGEN?

2.12.3. O projeto, a seu critério, envolve desenvolvimento tecnológico com características inovadoras e é passível de gerar direitos de patente de invenção; patente modelo de utilidade; registros de desenho industrial; registro de programas de computador; de marcas; ou de direitos autorais e de imagem?
Não

2.12. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

CALDART, Roseli. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli [et al] **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GHEDINI, Cecília Maria. **A produção da Educação do Campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MOLINA, Mônica. **Políticas Públicas**. In. CALDART, Roseli [et al] Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

SOUZA, Maria Antônia de. **O movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por direitos social e os sinais da construção de políticas públicas**. In. Eccos Revista Científica, vol. 11, n. 1, enero-junio, 2009, pp. 39-56.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

SIMÕES, Willian. **A educação do campo e desafios na atual conjuntura política brasileira**. In: TEDESCO, João Carlos [et al]. Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas. Chapecó: Ed. UFFS, 2018.

3 - ORÇAMENTO - Utilizar modelo de Planilha Orçamentária disponibilizada a final deste item 3 e seus subitens.

DESPESA DE CUSTEIO

3.1. MATERIAL DE CONSUMO - Despesas com lubrificantes e combustíveis; animais destinadas a estudos, preparação de produtos e cortes; artigos de higiene e conservação; acondicionamento e embalagem; explosivos, munições e material de consumo para acampamento e campanha; forragens e outros alimentos para animais; gêneros de alimentação e artigos para fumantes; impressos artigos de expediente, cartografia, geodésia, topografia e ensino; lâmpadas incandescentes e fluorescentes; acessórios para instalações elétricas; materiais e acessórios de máquinas, viaturas, aparelhos, instrumentos e móveis; matérias-primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados à transformação; material para conservação e manutenção de bens móveis; material de courelaria ou de uso zootécnico; material para fotografia, filmagem, radiografia, gravação, radiofonia e telecomunicação; produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; vidraria; artigos cirúrgicos e outros de uso em laboratórios, enfermarias, gabinetes técnicos e científicos; sementes e mudas de plantas; vestuários, uniformes, artigos para esportes, jogos e divertimentos com os respectivos acessórios; calçados, roupas de cama e mesa, cozinha e banho, e outros materiais de uso não duradouro.

3.2. SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Remuneração de serviços de natureza eventual prestado por pessoa física, sem vínculo empregatício. Inclui a participação do estudante no projeto de pesquisa como bolsista de iniciação científica, mestrado ou doutorado, e outros serviços como: serviços de palestrante, consultorias, e demais serviços autônomos.

3.3. SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Despesas com assinaturas de jornais e periódicos; energia elétrica e gás; fretes e carretas; impostos; taxas e multas; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; passagens; transportes de pessoas e suas bagagens e pedágios; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto o decorrente de obrigações patronal); serviços de asseio e higiene (inclusive taxas de água e esgoto, tarifas de lixo, etc); serviços de comunicação (correios, telefone, telex, etc); serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; convênios, acordos e ajustes realizados entre entidades públicas, visando a prestação de serviços; salários de presos e internados (Lei no 3.274, de 02 de outubro de 1957); serviços de funerários; despesas de caráter secreto ou reservado; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; despesas de pronto pagamento; diplomas, condecorações, medalhas e prêmios; aquisição de materiais para distribuição gratuita; indenizações e restituições;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

despesas acessórias de importação e outros serviços e encargos.

DESPESA DE CAPITAL

3.4. OBRAS E INSTALAÇÕES - Despesas com estudos e projetos; aquisição de imóveis necessários à realização de obras (§ 4o do artigo 12 da Lei no 4.320/64); início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas. Instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como, elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.

3.5. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - Despesas com aquisição de aeronaves, automóveis e outros veículos de tração mecânica; embarcações locomotivas, automotrizes e vagões; máquinas, motores e aparelhos; tratores, equipamentos rodoviários e agrícolas; animais para trabalho, produção e/ou reprodução; ferramentas e utensílios de oficinas; material artístico e instrumentos de música; insígnias, flâmulas e bandeiras; equipamentos para esportes; jogos e divertimentos; peças avulsas para coleções de bicicletas; discotecas, filmotecas, etc; objetos históricos, obras de arte e peças para museu, equipamentos de acampamento, campanha e pára- quedismo; armamento; mobiliário em geral, móveis e utensílios de escritórios, bibliotecas, laboratórios de ensino e de gabinete técnico-científico e utensílios de copa, cozinha, dormitórios e enfermarias; equipamentos hospitalares e cirúrgicos; equipamentos para pesquisas; veículos de tração pessoal ou animal; e outros equipamentos e material que, em razão da utilização não percam a identidade física e constituam meio para a produção de outros bens e serviços.

PESSOAL

Pessoal Contratado (CLT ou RPA)					
Nº	Nome / cargo ou função	Período (meses)	Remuneração mensal (R\$)	Encargos mensal (R\$)	Valor (R\$)
1					0,00
Valor total de pessoal contratado					0,00



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Bolsas de Pesquisa ou Extensão para Professores e Servidores					
Nº	Nome do bolsista	Período (meses)	Remuneração mensal (R\$)	Encargos mensal (R\$)	Valor (R\$)
1	Coordenação do curso	24	1080,00	0	25.920,00
2	Assessoria Pedagógica	24	840,00	0	20.160,00
3	Professor externo	10	1260,00	0	12.600,00
Valor total de bolsas de pesquisa e extensão					58.680,00

OBS: O coordenador, a assessoria pedagógica e o professor externo serão selecionados pelo colegiado do curso

Bolsas para estudantes					
Nº	Nome do bolsista	Período (meses)	Remuneração mensal (R\$)	Encargos mensal (R\$)	Valor (R\$)
1	² Bolsa para ajuda de custos (Alimentação, Transporte, hospedagem e outros)	18	15.000,00	0	270.000,00
Valor total de bolsas de pesquisa e extensão					270.000,00

² Será uma bolsa por estudante por mês durante só 18 meses de aulas do TE e TC

PASSAGENS E DIÁRIAS

Passagens				
Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1	Ministrar palestras - Convidado Externo	4	2.300,00	9.200,00
2	Participação em Eventos Nacionais ligado ao curso	2	2.300,00	4.600,00
VALOR TOTAL DE PASSAGENS				13.800,00

Diárias				
Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1	Participação em eventos/reuniões ligados ao curso	27	335,00	9.045,00
2	Divulgação e reuniões pedagógicas	10	335,00	3.350,00
3	Acompanhamento - Tempo Comunidade	27	335,00	9.045,00
4	Acompanhamento dos estágios	10	335,00	3.350,00
5	Diárias para colaboradores eventuais	23	335,00	7.705,00
VALOR TOTAL DE DIÁRIAS				32.495,00



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

SERVIÇO DE TERCEIROS

Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1				
VALOR TOTAL SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA				0,00

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1	Serviços de reprografia	6000,00	1,00	6000,00
VALOR TOTAL SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA				6.000,00

Despesas Acessórias de Importação				
Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1				0,00
VALOR TOTAL DESPESAS ACESSÓRIAS DE IMPORTAÇÃO				0,00

MATERIAL DE CONSUMO

Nacional				
Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1	kit de materiais escolar	30	250,00	7.500,00
2	Combustível para abastecer veículo oficial	2.685	7,00	18.795,00
3	resma papel	45	28,00	1.260,00
4	Kit de insumos agrícolas	30	300,00	9.000,00
VALOR TOTAL NACIONAL				36.555,00

OBS: Kit de Material Escolar Papel A4, papel A3, pastas tamanho A4, lapiseiras para desenho técnico nº 07 com ponta fixa de 4mm, grafite nº 07 HB, Jogo de esquadros acrílico Desenho Técnico 32 cm (45° e 60°sem chanfro e sem graduação), compassos, transferidor, escalímetro com estojo, régua triangular plástico 30cm escalas Nº 1, régua 30cm, fitas adesivas (crepe/durex), cartolina, papel pardo, lápis, cola branca, borrachas, canetas, tabela periódica completa com lista de ânions e propriedades periódicas, pincel para quadro, pincel atômico grosso para cartolina e custos com reprografia. Kit Insumos Agrícolas Serão propostas juntamente com os estudantes análise do solo, e a aquisição de insumos (sementes crioulas de cereais e de adubos verdes, fosfato natural, pó de rocha, composto orgânico, palha de arroz, melaço, sais para produção de adubo foliar, sementes de hortaliças, mudas de espécies florestais, mudas de frutíferas nativas, inoculantes, matérias médicas homeopáticas, tesouras de poda e outros insumos). Para a produção animal será necessária a compra de pintainhos, materiais para círculo de proteção, Kits para teste de Mastite (raquete, caneco, reagente); fita para medida de perímetro torácico, cartão Famacha, luvas de procedimento (cirúrgicas e de palpação), lâminas de bisturi, anestésicos, tranquilizantes, lactose e matérias médicas homeopáticas. Para contribuir PEDAGOGICAMENTE na implantação das lavouras de estudo e outras atividades nas respectivas propriedades/comunidades, os demais custos de produção serão contrapartida dos estudantes onde serão implantados estes espaços. Os insumos serão utilizados diretamente pelos estudantes do curso no IFC ou em suas propriedades, para construção de conhecimento nos tempos comunidades, portanto podem variar de acordo com o planejamento de cada estudante



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Importado				
Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1				0,00
VALOR TOTAL IMPORTADO				0,00

EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Nacional				
Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1				0,00
VALOR TOTAL NACIONAL				0,00

Importado				
Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1				0,00
VALOR TOTAL IMPORTADO				0,00

OBRAS E INSTALAÇÕES

Nº	Descrição do item	Valor (R\$)
1		
VALOR TOTAL DE OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00

DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS PÚBLICOS DO IFC (HUMANOS E MATERIAIS)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Nº	Descrição do ressarcimento	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Uso de laboratórios			0,00
2	Energia elétrica			0,00
3	Hora			0,00
VALOR TOTAL DAS DESPESAS				0,00

RESSARCIMENTOS IFC

Nº	Descrição do ressarcimento	Percentual	Valor (R\$)
1	Conforme Resolução nº 08/2023 - Consuper, seguindo a classificação do Projeto	5,506%	26.424,69
VALOR TOTAL DE RESSARCIMENTOS		5,506%	26.424,69

RESSARCIMENTOS FUNDAÇÃO

Nº	Descrição do ressarcimento	Valor (R\$)
1	Fundação de Apoio	R\$ - 35.975,31

RESUMO

PLANILHA RESUMIDA	
Despesas Correntes	R\$ -
Pessoal - exceto bolsas de estudantes	R\$ - 58.680,00
Pessoal - apenas bolsas de estudantes	R\$ - 270.000,00
Serviço de Terceiros (PF + PJ + Despesas Importação)	R\$ - 6.000,00
Passagens	R\$ - 13.800,00
Diárias	R\$ - 32.495,00
Material de Consumo Nacional	R\$ - 36.555,00
Material de Consumo Importado	R\$ - 0,00
Despesas de Capital	R\$ - 0,00
Equipamento e Mat. Perm. Nacional	R\$ - 0,00
Equipamento e Mat. Perm. Importado	R\$ - 0,00
Obras	R\$ - 0,00
Total Geral (sem ressarcimento)	R\$ - 417.980,00
Ressarcimentos	R\$ - 62.400,00
Total Geral (com ressarcimento)	R\$ - 479.930,00

4. BENS E SERVIÇOS PRÓPRIOS DO IFC UTILIZADOS NO PROJETO -



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Veículo Próprio, Data Show, Auditório, salas de aulas, professores, equipe técnica, refeitório, moradia estudantil.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com a formação ora planejada, por meio do presente projeto, alcançar sucesso, formar 30 técnicos em agroecologia, fortalecendo o direito à educação pública e emancipatória dos sujeitos do campo.

6. REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli [et al] Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GHEDINI, Cecília Maria. **A produção da Educação do Campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MOLINA, Mônica. **Políticas Públicas.** In. CALDART, Roseli [et al] Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

SOUZA, Maria Antônia de. **O movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por direitos social e os sinais da construção de políticas públicas.** In. Eccos Revista Científica, vol. 11, n. 1, enero-junio, 2009, pp. 39-56.

SIMÕES, Willian. A educação do campo e desafios na atual conjuntura política brasileira. In: TEDESCO, João Carlos [et al]. Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas. Chapecó: Ed. UFFS, 2018.

Coordenador do Projeto
Marilac Priscila Vivan



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Coordenador do Comitê de Ensino
Luiz Gustavo Dutra

*A assinatura do Coordenador do Comitê pressupõe que a viabilidade do projeto foi apreciada e aprovada pelo respectivo Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no Formulário de Identificação do Projeto indica a viabilidade do projeto de Pesquisa analisado e aprovado pela CAPP do campus.

Diretora-geral do Campus
Paula Andrea Grawieski Civiero

**A assinatura do Diretor Geral pressupõe a ciência do desenvolvimento do projeto no campus, assim como, de eventuais custos associados ao seu desenvolvimento